

Delfim amplia seu poder

A administração da política econômica do governo Figueiredo foi iniciada, em março de 1979, sob a égide de uma grande concentração de poderes em mãos de Mário Simonsen, que havia ocupado o Ministério da Fazenda na presidência Geisel, e se transferia para um Ministério do Planejamento mais fortalecido.

Simonsen começou a preparar um conservador orçamento fiscal para 1980 e iniciou um processo gradual de eliminação do "déficit" público, através da chamada unicidade orçamentária, pela qual o orçamento monetário e os orçamentos das empresas estatais ficariam contidos no orçamento fiscal, o qual passaria a exprimir um verdadeiro orçamento público. A medida correspondia a uma mudança institucional, com o Banco Central eliminando sua função de banco de fomento e tornando-se exclusivamente autoridade monetária, e o Banco do Brasil abdicando da sua função de autoridade monetária e concentrando sua atuação como banco de fomento.

As medidas anunciadas pelo então ministro do Planejamento, e explicitadas nas diretrizes da Seplan, aprovadas pelo presidente da República, indicavam claramente a tendência a um controle maior do crescimento do produto, como forma de reduzir o ímpeto inflacionário, eliminar os subsídios e aliviar a dependência externa.

Contudo, elas foram entendidas pelo setor empresarial como recessivas, logo estabelecendo-se um debate nacional sobre a conveniência de aplicar a recessão num país que necessita introduzir a cada ano, no mercado de trabalho, 1,6 milhão de pessoas. A campanha anti-recessão contou com o apoio de vários ministros, agastados com Mário

Simonsen por causa das restrições orçamentárias impostas às suas respectivas pastas, levando o professor a abandonar o ministério em agosto de 1979, antes do envio do orçamento ao Congresso.

A ascensão de Delfim Netto ao primeiro time do governo, com seu deslocamento da Agricultura para a Seplan, correspondeu às expectativas dos que desejavam o desenvolvimento acelerado como a prioridade absoluta. E assim foi feito. Em janeiro de 1980 havia filas para a compra de automóveis, e a demanda de outros bens duráveis, como eletrônicos, alcançava níveis jamais vistos.

Estimulados por uma alteração na lei salarial, que introduziu o sistema de reajustes semestrais e 10% acima dos índices de preços, para os salários mais baixos, os consumidores disputavam avidamente os produtos nas prateleiras dos supermercados. A consequência foi uma sensível redução nos níveis de poupança interna e um aumento da dependência de empréstimos externos para continuar financiando o desenvolvimento.

Paralelamente, foram impostos severos controles das margens de comercialização das empresas, limitando-se os reajustes dos preços administrados a dois por ano, revogando-se o regime de liberdade vigiada ou de liberação de preços e fortalecendo-se a ação represiva do CIP. A 5 de dezembro de 1979, haviam sido realizados 17 reajustes do cruzeiro em relação ao dólar, perfazendo uma desvalorização acumulada de 56,7%. Com o reajuste de 30%, efetuado em 10 de dezembro de 1979, a variação anual da taxa de câmbio atingiu 103,7%, para compensar a retirada dos incentivos às exportações.